

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ - REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS NA GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

EVA LUCIA DA SILVA INOUE

COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ,  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CURITIBA

2014

EVA LUCIA DA SILVA INOUE

COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ,  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
conclusão do Curso de Especialização em Educação  
das relações Étnico-Raciais - Núcleo de Estudos Afro-  
Brasileiros - Universidade do Paraná..

Orientadora: Profª Rosa Amália Espejo Trigo.

CURITIBA

2014

## **RESUMO**

As cotas para negros no Brasil contribuem para a inserção dos afro-descendentes no ensino superior, especificamente em universidades públicas do país, possibilitando a estes oportunidades e direitos à educação, considerando que o negro no Brasil sofreu e sofre ainda hoje preconceitos oriundos da época da escravidão. Assim, este estudo tem o objetivo de promover ações afirmativas nas universidades públicas, pensando no crescimento intelectual, social e moral dos alunos negros, com vistas a obter as mesmas condições de aprendizado que a população favorecida. Considera-se contribuir com estudantes afro-descendentes em situação socioeconômica baixa, de maneira a garantir uma reorganização da inserção dos alunos em universidades públicas, para resgatar através das cotas a identidade do negro reconhecido e respeitado, bem como analisar a lei de cotas e sua aplicabilidade, discutindo os encaminhamentos dados pela Universidade Federal do Paraná. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, com coleta de informações em livros e periódicos especializados, além de mencionar estudo realizado em 2007 pela Fundação Araucária e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná (Neab/UFPR) que, em parceria, criaram o projeto Memórias dos Cotistas Raciais da UFPR, para acompanhar essa experiência pioneira na universidade. Tal estudo priorizou ouvir as experiências vivenciadas pelos cotistas.

Palavras-chave: Negros. Universidade. Ensino Superior. Cotas. Inserção.

## **ABSTRACT**

The quotas for blacks in Brazil contribute to the integration of african descent in higher education, especially in public universities in the country, enabling these opportunities and rights to education, whereas the black in Brazil suffered and still suffers today prejudices derived from the time of slavery. This study aims to promote affirmative action in public universities, thinking of the intellectual growth, social and moral development of black students with a view to achieve the same learning conditions that favored population. It is considered to contribute african descent students in low socioeconomic status, in order to ensure a reorganization of the insertion of students in public universities, to rescue through quotas the identity of recognized and respected black and analyze the quota law and its applicability, discussing the referral date from the Federal University of Parana. Therefore, there was literature, with information gathering in specialized books and periodicals, as well as mention study in 2007 by the Foundation Araucaria and the Center for Afro-Brazilian Federal University of Parana Studies (NEAB / UFPR), in partnership, created the project Memories of Shareholders breed UFPR, to accompany this pioneering experience at the university. This study gave priority to listen to the experiences of the unitholders.

Keywords: Black. University. Higher education. Quotas. Insertion

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>2 RAÇA, RACISMO E HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>3 AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS, SOLUÇÃO OU PROBLEMAS FUTUROS.....</b>	<b>13</b>
3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS.....	15
3.2 A IMPLANTAÇÃO DE COTAS NA UFPR.....	16
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE COTISTAS RACIAIS DA UFPR: FALANDO SOBRE OS DIREITOS.....</b>	<b>20</b>
4.1 ALGUNS DEPOIMENTOS DA PRIMEIRA TURMA DE 2005, DURANTE O PROCESSO DO CURSO.....	26
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender como os direitos estabelecidos por políticas afirmativas, por meio de medidas adotadas para combate à desigualdade social, estão sendo considerados na inserção dos alunos cotistas raciais na UFPR, bem como refletir sobre o processo de implementação das mesmas, de maneira a contribuir com a inserção e permanência dos alunos até a conclusão da graduação.

As cotas raciais surgem a partir das reivindicações do Movimento Negro e da posição que vão assumindo diferentes entidades em nível mundial em relação ao Racismo. A educação formal tem sido uma das mais importantes reivindicações do Movimento Negro, considerada um fator fundamental para a superação de condições precárias às quais a população negra tem sido submetida. Por outro lado, essa posição converge com a tendência das entidades internacionais de reverter processos de discriminação racial (SILVA; MARÇAL; ESPEJO TRIGO, 2013).

Belão (2008), afirma que, para compreender o momento histórico da civilização, deve-se levar em conta o percurso deste. A condição encontrada pelas metrópoles do continente europeu, para cultivar o território americano que estabeleceria os impérios coloniais, foi a escravidão. Por mais de trezentos anos, no Brasil, a escravidão foi a alavanca para o desenvolvimento econômico. A justificativa divulgada pelos europeus foi que não houve adaptação por parte dos indígenas ao trabalho escravo, sendo trocado pelo negro que, por sua vez, prestava os seus serviços em maior ou menor proporção. Em todas as áreas e atividades, tanto no serviço da lavoura quanto no doméstico, a mão de obra escrava estava presente.

De acordo com Fernandes (1964, *apud* BELÃO, 2008), a classe negra enxergava o negro como um objeto, uma mercadoria. O negro não estava incluído na sociedade, era uma classe social distintamente separada das outras por diferença de riqueza e camada social, portanto, não era considerado como indivíduo portador de direitos e deveres.

Em virtude da situação de escravo, com sua cultura deturpada, é que se considerou o negro um elemento inferior; não somente uma etnia como também uma cultura inferior. Como raça inferior sempre foi olhada e encarada, negando-se-lhe, entretanto, a existência de condições sociais e culturais bem significativas. Condições essas, em grande parte, já reveladas

no habitat nativo, em várias atividades, pois na África ele revelava toda sua capacidade cultural e psíquica; era agricultor, artífice, criador de gado, minerador; mas asfixiadas em sua vida de escravo (DIEGUES JR., 1976, p.105).

Desde o período da escravatura a população negra tem sido discriminada, sendo-lhe negado todo tipo de oportunidades; isto implicou de os negros terem se situado na posição socioeconômica mais baixa da população, questão que vinha levantando denúncias, demandas e manifestações de resistência da população negra desde o período colonial (BELÃO, 2008).

Analisando a situação social e econômica advinda desde a época da escravatura, percebe-se hoje a desigualdade dos afro-descendentes e os profundos empecilhos desta população para se inserir em universidades públicas no Brasil. As inúmeras dificuldades que os negros sofreram no decorrer de alguns séculos se refletem, ainda hoje, no campo social, profissional e cultural, pois estes não são reconhecidos e qualificados de forma democrática.

Avaliando-se como os direitos dos cotistas raciais estão sendo estabelecidos perante a lei que os ampara, a pergunta que orienta este trabalho focaliza como estes direitos estão sendo cumpridos. Como está sendo a postura da universidade em relação aos reforços e amparo perante as dificuldades recorrentes na graduação durante os anos de permanência nos cursos destes alunos cotistas.

Pretende-se com a pesquisa de cotas para negros no Brasil contribuir de alguma forma para a inserção dos afro-descendentes no ensino superior, especificamente em universidades públicas do país, possibilitando a estes oportunidades e direitos à educação, considerando que o negro no Brasil sofreu e sofre ainda hoje preconceitos oriundos da época da escravidão. População que, vivenciando por muitas décadas a exclusão ao ensino-aprendizagem, fora privada de oportunidades. Assim sendo, os negros necessitam de uma condição para serem restituídos da falta de oportunidades de seus antepassados.

Também pretende-se, com este estudo, promover as ações afirmativas nas universidades públicas, pensando no crescimento intelectual, social e moral dos alunos negros, no tocante a obter as mesmas condições de aprendizado que a população favorecida. Considera-se contribuir com estudantes afro-descendentes em situação socioeconômica baixa, de maneira a garantir uma reorganização da inserção dos alunos em universidades públicas, para resgatar através das cotas a

identidade do negro reconhecido e respeitado, bem como analisar a lei de cotas e sua aplicabilidade, discutindo os encaminhamentos dados pela Universidade Federal do Paraná.

Cabe destacar a importância das cotas raciais em universidades e a necessidade de estudos que acompanham esses processos, para que se possa mensurar e entender o universo dos alunos envolvidos na classificação à aquisição das cotas, bem como analisar a lei de cotas e sua aplicabilidade, discutindo os encaminhamentos dados pela Universidade Federal do Paraná, avaliando os resultados da aplicação da lei definidos por meio de pesquisas, na pretensão de desenvolver proposições para o aprimoramento da mesma.



## CAPÍTULO 1

### 20 RACISMO E A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Faz-se necessário, seja qual for a transação de classificação, determinar parâmetros objetivos alicerçados na semelhança e diferença. No século XVIII, a cor da pele foi conceituada como um fator essencial, sendo o propulsor da segregação das consideradas raças. A raça humana foi separada em três raças estagnadas, que prevalece até os dias de hoje como utopia generalizada e na nomenclatura científica como raça: branca, amarela e negra. Destaca-se que a cor de pele é determinada pelo fator da proteína melanina e é o ponto de concentração desta proteína que define a cor de pele, dos olhos e dos cabelos (GUIMARÃES, 2003).

O termo *raça*, no latim da Idade Média, foi empregado para nomear a descendência e a genealogia, quer dizer, um grupo de pessoas que possui um antepassado e algumas características em comum. Sabendo que a versatilidade humana é uma questão prática inquestionável e necessita de um esclarecimento científico para operacionalizar o raciocínio, são usadas como ferramentas as definições e as classificações, porém esse pensamento tomou outros direcionamentos que seria a hierarquização que alavancou o rumo das sociedades (MUNANGA, 2003).

De acordo com Guimarães (2003), o termo raça desenvolve-se pelo menos por dois meios de análise: pela biologia genética e pela sociologia. A ideia de raça surge na biologia e na antropologia física sustentando que a raça humana teria a possibilidade de ser dividida em várias espécies. Essa divisão foi baseada no desempenho de valores morais e nos méritos intelectuais dos seres humanos. O racismo surgiu por meio dessa divisão da humanidade em raças, baseada na classificação que considerava os atributos dos indivíduos, o que causou a hierarquização nas sociedades que propagou um racismo doutrinário. Essa doutrina persistiu a ponto de tomar medidas políticas extremas como genocídios e holocaustos que ocorreram na Segunda Guerra Mundial. Depois dessa tragédia, os estudiosos deste tema desejaram apagar a ideia de raça na intenção de destruir o racismo. Alguns cientistas da área buscaram impossibilitar o uso deste conceito,

sugeriram que o tema raça fosse trocado por população. O termo *população*, em vez de *raça*, evitaria complicações (GUIMARÃES, 2003).

No século XIX adicionou-se ao parâmetro da cor outros parâmetros de configuração para a classificação dos seres humanos, como o fenótipo dos traços faciais. Já no século XX, com os avanços da Genética Humana, foi descoberto que existiam no sangue fatores químicos mais reveladores para confirmar a separação dos humanos em raças paralisadas. A relação dos critérios praticáveis, como o da cor da pele, morfológicos e químicos, deu procedência a diversas raças (MUNANGA, 2003).

Os pesquisadores da área biológica chegaram à conclusão que raça não é uma realidade biológica, revelando-se mais como um conceito cientificamente inoperante que não consegue explicar a diversidade humana como para dividi-la em raças. Assim foi comprovado que na ciência e na biologia as raças não existem. O agrupamento da humanidade em raças debaixo da subordinação de certos poderes, uns oprimindo aos outros, desencadeou num conceito científico enganoso chamado raciologia que, mesmo sendo camuflado, mantinha um discurso doutrinário e pouco científico, o qual foi usado para dar razão plausível aos métodos de dominação racial, dificultando a questão da diversidade humana (MUNANGA, 2003).

Guimarães (2003), afirma que a raça deve ser considerada pela ciência como uma construção social e deve ser estudada pelas ciências sociais que trabalham a identidade social.

A variabilidade genética é fundamental à subsistência da raça humana. Cada ser humano é único e se diferencia de todo e qualquer ser humano. Somos indivíduos diferenciados em todos os aspectos. Uma nação, com o intuito de potencializar os benefícios da multiplicidade genética de seu povo, precisa ser igualitária, ofertar a todos as mesmas condições de escolha, de acordo com as aptidões de cada um. Juntamente com a igualdade necessita existir o respeito à individualidade, bem como a sua multiplicidade de etnia cultural, manter-se ciente do direito das pessoas e sua cultura conservando sua especificidade. Esta postura certamente irá concorrer para o engrandecimento da multiplicidade cultural da humanidade (MUNANGA, 2003).

Em 1988, a Lei Áurea deu liberdade aos escravos, porém, juntamente com ela, não houve nenhuma reparação financeira ou preparatória para recompensar os danos causados pela escravidão. Em 1889, um ano depois, houve a Proclamação

da República no Brasil. O novo plano político não garantiu benefícios ou alguma reparação para a população negra, a Lei não criou programas de inclusão ou qualquer tipo de capacitação para inserir os negros no mercado de trabalho. Esses equívocos foram acarretando diversos problemas sociais e raciais que se arrastam até nos nossos dias (BELÃO, 2008). Descontentes com a condição em que se encontravam neste início de República, os libertos, ex-escravos e familiares criaram os movimentos raciais negros no Brasil, iniciando com dezenas de grupos em determinados estados do país (DOMINGUES, 2007).

Em 1902 surgiu o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, em São Paulo. Em 1903, o Centro Literário dos Homens de Cor. Em 1906, a Sociedade Propugnadora 13 de Maio. Em 1908, o Centro Cultural Henrique Dias. Em 1915, a Sociedade de União Cívica dos Homens de Cor. Em 1917, a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, no Rio de Janeiro. No ano de 1918, em Pelotas-RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana. Em 1918, em Lages-SC, o Centro Cívico Cruz e Souza. Os maiores destes grupos foram: Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, iniciados em 1908 e 1926. De maneira assistencialista ou cultural, os agrupamentos negros reuniam um significativo número de homens de cor. Alguns deles formaram classes de trabalhadores negros, como: portuários, ferroviários, ensacadores, formando um tipo de entidade sindical. Dentre essas associações, havia as formadas por mulheres negras, como em 1925, em São Paulo, a Sociedade Brinco das Princesas e, em 1908, em Pelotas-RS, a Sociedade dos Socorros Mútuos Princesa do Sul.

Neste período surgiu a imprensa negra; jornais publicados por negros e escritos para debater suas questões. Um dos principais jornais dessa época foi o *Clarim da Alvorada*, em 1924. Em São Paulo, no ano de 1930, 31 desses jornais circulavam normalmente. Com isso a imprensa negra uniu um considerável número de pessoas para combater o preconceito da cor. Surgiram jornais em outros estados, como *A Raça*, em Uberlândia-MG, em 1935. *O União*, em Curitiba-PR, em 1918. *O Exemplo* em Porto Alegre-RS, em 1892. O jornal *Alvorada*, em Pelotas, foi publicado com algumas suspensões de 1907 a 1965, e teve a maior duração de imprensa negra no Brasil. Nesta época os jornais davam ênfase aos diversos tipos de mágoas, acometidas no povo negro no recinto do trabalho, moradia, educação e saúde, formando um jornal distinto para pensar em resoluções para a questão do racismo no país. Apareceram também denúncias quanto ao sistema de segregação

racial que acontecia em diversas cidades do Brasil, impedindo o negro de entrar ou frequentar alguns espaços ou estabelecimentos privados ou públicos. Nesta época o Movimento Negro ainda não contava com o amparo da lei(DOMINGUES, 2007).

Nas primeiras expressões o Movimento Negro não tinha o caráter especificamente político, o que foi adquirindo mais tarde. Na década de 1930 fundou-se em São Paulo a Frente Negra Brasileira, que chegou a ter mais de 20.000 associados. Posteriormente, uma forma de organização importante foi a do Teatro Negro Unificado, com Abdias do Nascimento como seu principal líder. Nesse percurso houve uma mudança na forma de assumir as relações raciais enquanto preconceito e discriminação. Mesmo sendo as manifestações de denúncias do Movimento Negro atribuídas ao preconceito de cor, anterior ao movimento que se instaura nos anos 1970, predominava a crença de que muito das condições da população negra era responsabilidade dos próprios negros. Posteriormente foi se instaurando no movimento o fortalecimento de uma luta mais política, em decorrência das condições de preconceito e discriminação instaladas historicamente na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007; GOMES, 2012).

Nos anos 1970, além do preconceito racial, a discriminação racial era a principal causa da mobilização negra. Foi sendo evidente que a pobreza negra era produzida das desigualdades e faltas de oportunidades de caráter racial e os responsáveis, desta vez, não eram os próprios negros e sim os brancos; governo e sociedade civil, tudo isso se resumiria no racismo que estava camuflado no mito da democracia racial (GUIMARÃES, 2003).

O mito da democracia racial e a política do branqueamento foram ideologias que sustentaram o modelo de relações raciais brasileira, evitando alguma forma política de reparar as desigualdades raciais. Tais teorias contribuíram para a despolitização das relações raciais, encobrendo mecanismos de dominação e subordinação imbuídos no cotidiano das pessoas, e reproduzidas pelas políticas sociais e econômicas, evitando que se percebesse algum problema de justiça racial. Com isso impossibilitava-se qualquer tipo de mediação que impedisse a discriminação, condicionando aos negros o meio de se introduzir na sociedade, prevalecendo a desvantagem e as condições precárias de vida da população negra (BERNARDINO, 2002).

A partir do ano centenário da abolição da escravidão e a publicação da nova constituição, houve um forte movimento pelas lideranças negras reivindicando a

defesa dos direitos civis dos negros, garantido pela nova Carta que tornou crime inafiançável e imprescritível os preconceitos de raça e cor. Aos poucos as organizações negras buscaram requerer do governo federal as ações afirmativas, assim como o governo dos Estados Unidos havia adotado nos anos 1960 e o governo sul-africano havia começado a debater. Essa causa significou uma essencial mudança para as reivindicações dos negros, acentuando as lutas contra as desigualdades sociais do país, entendida desta vez como raciais (GUIMARÃES, 2003).

Gomes (2012) afirma que a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, foram momentos importantes para o porvir dos negros do Brasil. O sonho do negro da época era deixar de ser escravo, ter liberdade para ser cidadão, não ser tratado como inferior, ter direitos iguais e viver em completa cidadania, principalmente nos âmbitos mais organizados. A educação se tornou prioridade perante as reivindicações, devido ao analfabetismo e para a inserção nas escolas oficiais, o que dificultou a inserção desse povo no mercado de trabalho. A autora afirma que uma das principais características do Movimento Negro é alcançar seu espaço existencial com relação aos temas étnicos no Brasil. Por conta dos debates em lugar público sobre o racismo, investigação sobre as políticas públicas, bem como sua promessa de suprimir as desigualdades raciais, acabou trazendo um novo sentido, tornando um caráter público, ressignificando a raça de maneira independente, evidenciando sua apropriação na história.

A III Conferência Mundial em Durban, no ano de 2001, foi um acontecimento que efetivou um marco na luta antirracista em escala internacional, gerando uma reação interna que chamou a atenção das condições discriminatórias e racistas no país (DOMINGUES, 2005). Nesta Conferência, o Brasil participou com uma grande comitiva que reuniu diversas esferas da sociedade brasileira em debates e propostas elaboradas para se preparar para o grande encontro. Em base a esses processos o governo brasileiro reconheceu na Conferência o racismo no país e se comprometeu em adotar medidas para superar ações racistas e discriminatórias, promovendo assim a implementação de ações afirmativas.

Na área da educação, o primeiro estado a estabelecer a lei de cotas raciais foi o Rio de Janeiro, a fim de democratizar o acesso ao ensino superior. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), no vestibular de 2003, reservaram para os alunos negros

40% de suas vagas. Em 2004 a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira universidade federal a se somar nesse processo. Nos anos seguintes diversas universidades no Brasil assumiram esse desafio (DOMINGUES, 2005).

Foi assim que foram se abrindo caminhos para as ações afirmativas como políticas públicas das universidades brasileiras. Percebe-se que nas democracias contemporâneas, qualquer política pública deve ser justificada perante a sociedade. Essa justificação se dá em diversos foros: debate público, acadêmico, legislativo e jurídico. Apesar das diferentes linguagens que definem cada um desses campos discursivos, há um abstrato normativo (moral) comum que baseia os argumentos de justificação das políticas públicas (SOUZA NETO; FERES JÚNIOR, 2011).

Em relação às políticas de ação afirmativa, de acordo com Souza Neto e Feres Júnior (2011), existem três argumentos que justificam sua inserção: reparação, justiça distributiva e diversidade. Estes argumentos formam bases para a justificação. Segundo estes autores, nem sempre os três argumentos estão contidos em um discurso de tais políticas, porém pelo menos um desses se faz presente em uma justificação pública. As políticas de ação afirmativa contêm suporte constitucional. O artigo III da Constituição Federal 1988 compõe objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sustentando tais ações (SOUZA NETO; FERES JÚNIOR, 2011).

## CAPÍTULO 2

### 3AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS: SOLUÇÃO OU PROBLEMAS FUTUROS

Durham (2003), em seu artigo “Desigualdade Educacional e Cotas para Negros nas Universidades”, apresenta as cotas como um aspecto negativo, alegando que esta proposta não diminui a discriminação e desigualdade racial. A autora salienta que existem diversos tipos de discriminação, tal como a que se realiza a pessoas excluídas do direito ao acesso ao serviço público ou de seus direitos civis por conta de diferenças genéticas independente do seu fenótipo. São pessoas que não são avaliadas, admitidas e promovidas de acordo com as suas habilidades e competências, e sim por critérios inadequados como cor de pele, traços, origem. A autora afirma que, para combater todas as formas de racismo e discriminação, seria necessário exigir a aplicação de critérios universalistas para a seleção de emprego, função ou cargo e em observar padrões universais de respeito à dignidade das pessoas. Ou seja, avaliar uma pessoa de acordo com sua capacidade e competência para desenvolver uma determinada função, evitando que a discriminação racial aconteça no meio social(DURHAM,2003).

Durham (2003) descreve a perversidade em que o preconceito se manifesta no mercado de trabalho, impossibilitando aos negros as posições melhores remuneradas e de prestígio social, o que também ocorre de forma aberta ou sutil nas relações sociais, abalando a autoestima dos negros. Diz que a escola, por sua vez, não atua de forma a combater preconceito e discriminação, mas sim normalmente os reproduz entre alunos, professores e funcionários, fator que contribui para o fracasso escolar.

Segundo Durham (2003), a discriminação racial e a manifestação de preconceito são anuladas no ingresso às universidades públicas e concursos públicos em que concorrentes de qualquer cor, nível social, raça e gênero são aprovados ou reprovados mediante a sua preparação e competência. A autora postula que os negros não são barrados em virtude de sua cor e sim por falta de uma boa formação escolar. Ela critica a ação afirmativa, no caso cotas para negros, aduzindo que as diferenças devem ser superadas pela correção do ensino regular precário que é o



que realmente traz a exclusão. Ressalta, ainda, que só existe uma raça, porém existe uma ideologia social discriminatória que não tem sustentação científica. A Declaração dos Direitos Humanos postula o princípio de igualdade de todos perante a lei e censura todas as maneiras de racismo e discriminação, de igual forma que a Constituição Brasileira. No entanto, a autora afirma que incluir mais negros nas universidades via cotas raciais pode causar mais problemas que benefícios. Ainda, assevera que a classificação de brancos e negros poderia contrariar a heterogeneidade racial brasileira, e concorda com Gilberto Freire quando afirma que a população brasileira é mestiça, traduzindo que o controle do racismo só acontecerá pelo reconhecimento e valorização da mestiçagem (DURHAM, 2003).

Domingues (2005), em seu artigo *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*, argumenta que ações afirmativas e cotas são uma maneira de reverter as injustiças e as desigualdades raciais, e que existe um consenso nacional de que é necessário tomar medidas consistentes para lutar contra a alta desigualdade racial no Brasil. Acrescenta que essa luta apresenta natureza reformista e contém cunho democrático que movimenta politicamente os negros e pré data a antiga opressão racial deste país. Assegura que a implantação do projeto de cotas é uma medida que vai se acertando na transição, que essa proposta é progressista e tem como uma de suas razões proporcionar visibilidade aos negros (DOMINGUES, 2005).

Belão (2008), em sua monografia: *Políticas afirmativas- cotas raciais na UFPR*, afirma que as ações afirmativas pretendem reparar os danos causados por discriminação ocorridos no passado; se trata de uma política compensatória com a motivação de corrigir a desigualdade sofrida pelos negros em relação aos brancos, favorecendo o oprimido. Assegura que a ideia de empregar medidas diferenciadas com o propósito de favorecer grupos desiguais não é recente, por isso cita que os portadores de necessidades especiais têm reservas de vagas no estacionamento e as pessoas aceitam e não protestam, porque se trata de um grupo em desvantagem. O mesmo raciocínio deve fundamentar a reserva de vagas na universidade. Como dizem seus defensores, trata-se de condições que precisam de medidas reparatórias, tal como a situação dos negros que se encontram em situação de inferioridade pelas condições de discriminação às quais foram submetidos. As condições de mobilidade social devem ser apoiadas por um tratamento diferenciado. A autora acrescenta que as cotas são debatidas, no momento, como uma forma de



reduzir o racismo e seus resultados socioeconômicos. Em contrapartida, são indicadas como fonte de recentes problemas, e conclui que enquanto a polêmica se propaga, mais de 40 universidades, de maneira independente, reservam vagas por critérios raciais ou econômicos. As cotas hoje já estão implantadas por força de lei, e o resultado dirá o país que o Brasil será nos anos seguintes (BELÃO, 2008).

### 3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS

São compreendidas como ações afirmativas, políticas públicas com o intuito de reparar desigualdades socioeconômicas, em setores populacionais que tenham antecedentes de discriminação e/ou sejam grupos de indivíduos oprimidos, contemporâneos ou históricos.

Para isso se oferece primazia de favorecimento para pessoas de determinados grupos que se encontram em condições desfavoráveis. Procura-se que, num futuro estabelecido, essa circunstância seja oportuna. As políticas de ações afirmativas buscam, por meio de tratamento transitivo, motivar a integridade dos grupos que formam a sociedade.

As ações afirmativas, como política de cotas, é um tema muito polêmico no Brasil. Ainda que uma considerável parte dos brasileiros concorde e aprove esta proposta, outra parte, por motivos diversos ou por falta de conhecer e debater o assunto, a reprovava.

Existem muitas críticas e objeções discutidas sobre a política de cotas para negros, que envolvem argumentos contrários. Cita-se três delas:

- 1) Em vez de cotas o governo federal precisa investir recursos para o fortalecimento do ensino básico.
- 2) Os cotistas podem se sentir excluídos por não possuírem o mesmo nível de escolaridade que os outros.
- 3) A classificação de negros e brancos pode causar danos.

Realmente o ensino público necessita de reformas, porém até isso acontecer, quantos anos os negros ainda terão que esperar? As cotas são medidas de reparação temporária que beneficiam os negros para o ingresso na universidade e pesquisas comprovam que a maioria dos cotistas mantém um bom desempenho

nos seus cursos. A classificação de negros e brancos sempre existiu, ela foi mascarada pela política da democracia racial.

No Brasil uma das primeiras universidades a adotar uma política de cotas no vestibular foi a Universidade Federal do Paraná. Em 2005, a instituição já destinava para os vestibulandos que se autodeclararam negros, 20% das vagas e outros 20% para os candidatos vindos de escola pública (CERVI, 2013). A adoção de cotas raciais, assumida por algumas universidades públicas, constituiu-se obrigatória pela Lei nº 12.711, publicada em agosto de 2012, regulamentando a política de cotas em todas as universidades públicas federais brasileiras.

A Lei estabelece que, a partir de 2013, as universidades devem reservar 50% de suas vagas no vestibular para candidatos que tenham cursado o ensino médio em escola pública. Metade desse percentual deve ser destinada a candidatos que comprovarem renda mensal de até 1,5 salários mínimos por membro da família. A lei também prevê que uma proporção dos dois grupos de cotas, seja para, pelo menos, uma proporção equivalente ao percentual de negros (pretos e pardos) e indígenas da unidade da federação em que se encontra a universidade. Essa população representa, no Paraná, 28% do total da população, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Com estes dados, a UFPR deverá destinar esse percentual das vagas sociais para candidatos que se autodeclararam negros no momento da inscrição. A Lei também estabelece que, após 10 anos de sua implantação, o Governo Federal deverá fazer avaliação dos efeitos da política afirmativa de inclusão de alunos carentes e de negros nas universidades públicas federais no país (CERVI, 2013).

### 3.2 A IMPLANTAÇÃO DE COTAS NA UFPR

Em 2001 a Pró-reitoria de Extensão e Cultura promoveu seminário para o debate sobre políticas afirmativas no ensino superior, processo aprovado pelo Conselho Universitário, em maio de 2004, correspondente ao Plano de Metas de Inclusão Racial e Social. Em junho de 2002 foi nomeada Comissão vinculada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para verificar propostas para o vestibular de 2003. Depois de um ano foi necessário formar nova comissão constituída por

professores, funcionários e alunos que elaboram suas pesquisas e reflexões sobre a temática racial. Em meados de 2003 foi elaborada a primeira versão da proposta do plano de metas de inclusão racial e social, em que o Conselho Universitário (Coun) determinou que não iria debater a proposta sem que fosse discutida profundamente pela comunidade universitária (SILVA, 2009).

Silva (2009) postula que no percurso desse processo a comissão que elabora propostas para a adoção das políticas disponibiliza à petição do Reitor o documento em construção aos diversos setores da comunidade universitária para sua análise, reflexão e discussão.

Argumenta nesta questão que, prorrogar as medidas que dizem respeito às políticas afirmativas para negros, alegando que são polêmicas e devem ser discutidas a um longo tempo antes de serem implantadas, era uma forma de retardar a discussão, e percebeu-se também que determinados movimentos sociais procuram abafar a discussão ao invés de debatê-la. O processo de discussão com a comunidade universitária acrescentou força e seguiu via institucional. O espaço para discussão foi assegurado institucionalmente. No segundo semestre de 2003 os membros da comissão debateram a proposta com os 12 Conselhos Setoriais, com o Conselho da Escola Técnica UFPR e com a Diretoria Central dos Estudantes. Os sindicatos de professores e servidores não se envolveram na organização de eventos para a discussão da proposta, enquanto nos Conselhos Setoriais se discutia a proposta de resolução com departamentos, centros acadêmicos, coordenações de cursos e comissões diversas. Pôde-se observar nos debates e argumentos que algumas ideias se apoiavam na suposta democracia racial brasileira. Considerável parte da comunidade universitária acredita que no Brasil operam as relações raciais amigáveis, exceto em alguns casos discriminatórios, e também as desigualdades são definidas por questões de classe social. Ao se certificarem com as informações sobre a gravidade da desigualdade entre brancos e negros no Brasil, com resultados de pesquisas e com lógicas fundamentadas, grande parte dos auditores passou a defender as políticas afirmativas para negros no ensino superior (SILVA, 2009).

Segundo Silva (2009), a proposta de resolução previa a entrada de dez estudantes indígenas a cada ano, no período de dez anos, e também 20% das vagas do concurso vestibular para alunos vindos da rede pública de ensino. Essas propostas foram aceitas quase que de forma unânime nos fóruns de discussão. Os questionamentos e objeções sucederam, praticamente, em torno da proposta de

reserva de 20% das vagas para candidatos negros. A implantação do sistema de cotas para negros na UFPR teve algumas alterações diante da proposta inicial e se deu a partir do estabelecimento e aprovação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social pelo Conselho Universitário, ocorrida pela 10.05.2004 (Resolução 37/04 do Coun). Na sessão anterior à aprovação do plano de metas de inclusão racial e social, o Coun promoveu mudança no vestibular, que passou a ter duas fases. Na primeira fase não se aplica direito de cotas, ou seja, os vestibulandos precisam aprovar a primeira fase para na segunda fase terem direito a se beneficiar das cotas. Por meio da Resolução 37/04, todos os alunos inscritos no vestibular devem estar ordenados em classificação geral, preenche-se inicialmente as vagas das cotas e posteriormente se realiza o preenchimento com o restante dos aprovados na classificação geral. Para concorrer às cotas raciais os candidatos deviam passar por uma seleção pré-definida, com a realização de autodeclaração dos aprovados, de próprio punho, no momento da matrícula. Questão que uma comissão de três membros, sendo estes no mínimo um da UFPR e os demais do Movimento Negro, irão avaliar (SILVA, 2009).

A Resolução prevê também em seu capítulo II (Permanência), o programa de apoio acadêmico para todos os alunos da UFPR que apresentem dificuldades no decorrer das disciplinas, se é aluno por meio de cotas ou não. Também deveria se constituir um programa destinado a observar, avaliar, sugerir modificações e ajuste, elaborar relatórios de avaliação das ações afirmativas na instituição (SILVA, 2009).

Conforme a análise do artigo *Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012...*, de Cervi (2013), sobre os impactos da política afirmativa de cotas raciais em vestibulares da Universidade Federal do Paraná postula-se que entre os vestibulares de 2005 a 2012, houve no geral uma ocorrência positiva, devida ao aumento de negros e pardos aprovados nos concursos. O problema é que no decorrer destes anos o percentual dos aprovados tem regredido. Os inscritos mantiveram entre 5,3% e 4,3%, enquanto os percentuais de aprovação giraram entre 11,9% e 5,4%. A média de aprovação dos cotistas raciais é de 6,9%, notoriamente abaixo dos 20% previstos pela regulamentação UFPR. Sendo que os negros cotistas que passavam para a segunda fase eram em percentual menor aos 20% destinado a eles, os candidatos de cotas sociais aprovados poderiam ocupar as vagas que sobraram da cota racial. Enquanto isso, as vagas gerais representaram 68,6% das aprovações no período. Os principais beneficiados pela política afirmativa foram os

candidatos inscritos por cotas sociais na possibilidade de usufruir das vagas destinadas às cotas raciais(CERVI, 2013).

Em relação ao percentual dos candidatos inscritos e aprovados por cotas raciais e sociais, existem diferenças consideráveis entre 2005 e 2012. Em 2005 o número de alunos inscritos e aprovados por cota racial foi maior que nos anos seguintes até 2012. No caso da escola pública, durante esses oito anos, ocorreu uma significativa diminuição de inscrição,enquanto que o número de aprovação aumentou. Nas vagas gerais a proporção de inscrições e aprovações foi considerada equilibrada durante esse período (CERVI, 2013).

### CAPÍTULO 3

#### **4DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE COTISTAS RACIAIS DA UFPR: FALANDO SOBRE DIREITOS**

Em 2007, a Fundação Araucária e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná (Neab/UFPR) fizeram uma parceria dando origem ao projeto Memórias dos Cotistas Raciais da UFPR, com o intuito de acompanhar essa experiência pioneira na universidade. O autor, Silveira (2012), enfatizou que se tratava de um estudo que não se prenderia às polêmicas sobre as cotas para estudantes negros, e sim, priorizaria ouvir as experiências vivenciadas pelos cotistas.

O trabalho foi iniciado com textos antropológicos referentes ao tema, considerando a questão do racismo e a construção de identidades étnicas, como focos importantes na pesquisa com os cotistas raciais. Foram estudados artigos criados sobre debate movido pela execução do programa de cotas para estudantes negros em diversas universidades do Brasil. O primeiro ano desse projeto seria um trabalho para reflexão sobre a situação do cotista racial, com o envolvimento dos próprios bolsistas como pesquisadores. O grupo aumentou para quatro bolsistas da Fundação Araucária em 2008, todos cotistas raciais, somando mais dois estudantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (SILVEIRA, 2012).

Algumas questões como a autoidentificação dos cotistas raciais para a entrada na universidade ficaram em aberto, e este realmente é um assunto importante para debates políticos e acadêmicos. A avaliação deve ser cautelosa, séria e necessita de grande reflexão. Ser aprovado no vestibular de cotas raciais garante ao cotista uma identidade social e, mesmo sendo um processo passageiro, produz muitos significados. Quando um cotista ingressa na Universidade, assume a identidade universitária e futuramente se torna um profissional formado. Tal experiência necessita ser observada e avaliada (SILVEIRA, 2012).

O projeto da Memória dos Cotistas Raciais da UFPR fundamentou-se no debate em curso:

- Como o ingresso por cotas em universidade pública leva os universitários descendentes africanos a repensarem suas identidades étnico-raciais?

- Como se sente quem passa por avaliação de sua cor?
- Com a presença dos cotistas quais os tipos de relações são determinados dentro da universidade?
- Qual o tipo de convívio com os outros estudantes e entre si?
- O que está mudando? (SILVEIRA, 2012).

Inicialmente, o objetivo dos depoimentos foi investigar como os princípios e as representações sociais dos cotistas raciais da UFPR foram mudados por sua participação no programa. Trabalhou-se com pesquisas abertas em que os cotistas refletiam seu percurso individual no contexto familiar e escolar tanto no passado quanto durante a permanência na universidade. Percebeu-se que muitos cotistas raciais não responderam à solicitação de contato do Neab, ficando claro que um bom número deles não se submeteu às reflexões sugeridas pela pesquisa. Quanto àqueles que compareceram para expor seus depoimentos, foi possível identificar que um grande percentual pertence a famílias mestiças em que o pai é negro e a mãe geralmente é de origem europeia ou vice-versa. Muitos mencionam possíveis tipos de discriminação no ambiente familiar. Tais estudantes, ao ingressarem na universidade, tiveram a possibilidade de refletir sobre o seu pertencimento etnorracial e os constrangimentos sofridos durante a vida.

Esses depoimentos serão analisados no diálogo com teóricos das relações étnico-raciais no sentido de focar como se instituem os direitos dos alunos cotistas raciais.

Os cotistas, entrevistados no projeto *Memórias Silenciosas*, afirmam, nos próprios relatos, que desde a infância, durante o período escolar, passaram por momentos vexatórios, nos quais eram expostos a brincadeiras maliciosas cujo propósito era desvalorizar o negro. O preconceito e a discriminação racial foram constatados em todas as narrações e é possível perceber que se intensifica quanto mais o indivíduo apresenta o fenótipo - os traços africanos. Outra situação conflitante é o fato de vários alunos serem os únicos negros na sua sala de aula, o que os leva a se sentirem “os diferentes” (SILVEIRA, 2012).

De acordo com Silveira (2012), diante das oficinas, simpósios e trabalhos concluídos pelo Neab, escrever sobre as lembranças proporcionou um ambiente oportuno para os cotistas exprimirem suas experiências na temática étnico-racial e também pensar nos infortúnios encontrados pelos estudantes cotistas ao entrarem na universidade. O autor postula que a modificação no comportamento, em se



tratando de identidade racial, foi visível nos estudantes cotistas na UFPR, pois estes tiveram tempo e espaço para refletir sobre sua posição na universidade e na vida (SILVEIRA, 2012).

Silveira (2012) relata que o título do projeto *Memórias Silenciosas* surgiu devido ao silêncio e também às meditações compartilhadas pelos cotistas participantes nas pesquisas do Neab e na ausência da maioria dos cotistas raciais de vários cursos da UFPR. Foram feitas entrevistas abertas, sempre gravadas para posterior análise. Uma só questão foi elaborada solicitando que os cotistas exprimissem sobre suas experiências vivenciadas, lembrando as relações sociais sinalizadas pela extensão etnorracial. A intenção foi recolher declarações a respeito da influência das cotas raciais na vida acadêmica, construção de valores e reproduções sociais desses novos integrantes (SILVEIRA, 2012). A partir desses depoimentos é que se pretende refletir e analisar sobre como se dão os direitos dos alunos cotistas raciais.

Nas entrevistas feitas por bolsistas e cotistas veteranos, participantes do Neab, se perguntou: “Qual a importância de entrar na universidade, e de ter entrado por meio de cotas?”

A cotista número 1 respondeu que entrar na primeira turma por cotas foi importante, mas além do ingresso na universidade, foi primordial debater, ocupar o ambiente, ter a possibilidade de conhecer mais de perto o Programa Afro-atitude, bem como a cultura e as políticas afirmativas. Além disso, também foi essencial conhecer, ter o direito de trabalhar, repassar, rever, reelaborar a construção a todo tempo, questionando: o que são políticas afirmativas, qual a necessidade de políticas para negros? O debate frequente favoreceu de maneira crescente a ideia de que a universidade é um ambiente universal, ou seja, um espaço que pertence a todas as pessoas, gerando oportunidades e garantindo o direito de ingresso nesse sistema, diz a cotista. Esta também afirma que cursar uma universidade não é uma ideia tradicional em sua família e que não há nenhum incentivo para a formação superior ou outros conhecimentos, a menos que seja voltado ao mercado de trabalho (SILVEIRA, 2012).

O depoimento dessa aluna já leva a refletir sobre as possibilidades que se abrem pelo ingresso à UFPR, à apropriação do conhecimento, de informações que possibilitam ao aluno se situar a partir de seus direitos. Destaca-se, também, das palavras da aluna, este momento como uma grande oportunidade de



desenvolvimento, de conhecer, de se inserir em espaços que ele não tinha acesso, o que ainda possibilitou suas próprias reflexões sobre o que são as ações afirmativas. Cabe destacar a importância que a aluna outorga ao Programa Afro-atitude nesse processo que atua como propulsor para se situar a partir de seus direitos. Essas possibilidades se situam em contraposição à tradição existente nos espaços das populações negras que carecem de incentivo para uma formação superior.

A cotista número 2 disse que é bom representar a população negra dentro da universidade, especialmente com o espaço ofertado para aprender mais e fazer parte de forma verídica, tendo conhecimento sobre todo o processo histórico e conduzindo a oportunidade para outros. O mesmo confirma que a maioria deles são os primeiros da família cursando a universidade, e tal fato revela um bom exemplo para a família e para a comunidade, pois gera uma convicção para os demais de que ali também pode ser o seu lugar. A cotista relata que foi muito bom quando subiu as escadas do prédio histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade, pela primeira vez se sentindo parte da Universidade, convidada a estar naquele espaço (SILVEIRA, 2012).

Nesse depoimento é possível perceber o início de uma etapa que justifica as Ações Afirmativas como um direito negado à população negra, que é o ingresso a universidades federais, gratuitas e de qualidade. A aluna expressa em seu relato a imensa plenitude que sente diante dessa experiência, negada historicamente para os jovens negros.

Dando continuidade à cotista número 1, esta relata que, por ser da primeira turma dos cotistas da UFPR, sentiu muitas responsabilidades e também contentamento em participar desse período inicial. Significou um momento histórico em que se sentia intensamente satisfeita por fazer parte como beneficiada do programa, além de divulgadora da compreensão do que são as políticas afirmativas. A aluna alega que houve certa cobrança da mídia, das pessoas e até mesmo dos colegas de turma, no sentido de que o cotista necessita apresentar um bom desempenho para honrar a vaga e que, por ser aprovado por cotas, precisa provar que é digno de estar inserido na universidade. Ela afirma que esta cobrança é muito grande por parte das pessoas, o que fundamenta a ideia de que cada um tem sempre que satisfazer o outro (SILVEIRA, 2012).

Percebe-se a grande satisfação da aluna por ter ganhado essa vaga, no entanto é possível observar que existe uma cobrança por parte da sociedade que vai

além e que acaba expressando o ingresso à universidade não como um direito, mas como uma dádiva à qual ela tem que retribuir. Essa cobrança acaba pesando e se tornando um fardo, considerando ainda que seu próprio projeto pessoal seja o de se formar e se inserir na sociedade a partir das possibilidades que a universidade lhe concede, em termos de experiência e apropriação de conhecimento.

A segunda pergunta do bolsista à cotista 1, foi a seguinte: “Sobre as experiências dentro de sala, a recepção das pessoas quando vocês entraram em sala de aula, ocorreram, em algum momento, situações de conflito? Como foi?” (SILVEIRA, 2012).

O primeiro ano de cotas, 2005, foi um momento memorável para essa questão, pois em todo o espaço da universidade sempre surgia esse assunto e os questionamentos e, quase sempre, o parecer das pessoas era contra o sistema de cotas, porém os comentários eram entre os grupos que não tinham a nossa participação, considerando o que o fenótipo revela. Às vezes os colegas chegavam com perguntas como: “Vocês acham que está certo da maneira que está?”, “O que é o projeto Afro-atitude, vocês trabalham nele?”, sempre colocando dúvidas em concordar com as cotas. Uma aluna relata que no primeiro ano fez uma pesquisa para a disciplina de antropologia sobre democracia racial na internet, quando encontrou um fórum de debates do jornal *Gazeta do Povo*, no qual o pessoal ridicularizou. Falavam da necessidade de plantar mais árvores na universidade por causa da chegada dos macacos. Um jovem relatava que a sua namorada era negra e que ela entrou na universidade sem utilizar as cotas e ele sente orgulho dela. Havia pais querendo protestar, pessoas contestando, toda essa situação causou um forte impacto. A cotista compartilha que a faixa de boas vindas aos cotistas a deixou mais aliviada. Quanto à repercussão, já se previa, nos noticiários, um indesejável temor. Ela ainda afirma que não se sente desmerecida ao ocupar o seu lugar na universidade e o envolvimento com o grupo possibilitou a formação que alcançaram. A cotista conta que, ao iniciar as palestras, eles sempre tinham um lugar, isso aliviou. Cita um dos eventos marcantes que foi no primeiro ano, quando ela, sua amiga e o amigo dela participaram e foi dito alguma coisa sobre mão-inglesa. Ela já fazia parte do Afro-atitude, e quando disse que não sabia o que era, outro jovem respondeu: “Você não sabe por que é cotista”. Houve uma discussão. De momento a aluna ficou bastante ofendida porque o tal jovem não era uma pessoa distante, era o amigo de sua amiga, mas depois ele se desculpou dizendo que era brincadeira, e

que brincava também com o amigo dele, o qual também era beneficiário de cotas, porém este nunca se sentiu ofendido. Depois conversaram bastante, mas o notável para ela foi o tratamento (SILVEIRA, 2012).

No relato desta aluna cotista racial, se expressa a efervescência do momento em que se irrompe a formalidade tradicional das universidades públicas brasileiras, nas quais prevalece o mérito. O questionamento ao mérito dos cotistas raciais e as expressões de racismo sutil se propagam nos diversos espaços da aluna, mostrando um posicionamento de grande parte dos alunos da universidade contrário às cotas, inclusive com o uso de manifestações catalogadas como brincadeiras. No entanto, manifestações de cordialidade, como a faixa de boas-vindas, são importantes elementos que favorecem o ingresso na universidade, evidenciando a importância de posicionamentos por parte da comunidade universitária para a consolidação dos direitos dos alunos cotistas raciais.

Segundo Silveira (2012), estes depoimentos objetivam, por meio de debates sobre políticas afirmativas, narrar situações ocorridas na UFPR por intermédio de recordações dos cotistas raciais iniciados na instituição, bem como falar da importância do depoimento de quem faz parte do processo, ou seja, quem vivencia esse momento e tem propriedade para relatar a atual realidade etnorracial. As narrativas são muito semelhantes com relação à trajetória social e aos obstáculos encontrados na Universidade.

Os relatos analisados demonstram que existe uma apropriação de espaços historicamente negados para a população negra. No entanto, ainda não há uma consciência clara por parte dos alunos negros de que se trata de um direito adquirido e, portanto, implica também em obrigações por parte da universidade. Por outro lado, também ainda não existe uma consciência por parte das entidades universitárias de que as ações afirmativas configuram direitos adquiridos e que exigem medidas complementares para a sua efetivação. Em geral elas são vistas como “dávias” e, nesse sentido, os alunos negros devem agradecer e render o máximo para merecer o que lhes chega de presente.

#### 4.1 ALGUNS DEPOIMENTOS DA PRIMEIRA TURMA DE 2005, DURANTE O PROCESSO DO CURSO

- Alcione Batista Leite, Curso de Terapia Ocupacional, turma de 2005, formatura em 2009.

A estudante declara que vem de uma família de várias etnias, prevalecendo o afro e o branco e que sempre foi convencida de que era morena, porém não encontrou dificuldades em se identificar como negra. Foi estudante em uma escola particular e, como no primeiro ano era a única negra, acabou sendo desrespeitada com insultos racistas, já que infelizmente ainda não existia a proteção através da lei. Revela que eram frequentes as brigas com os alunos racistas, o que gerava ocorrência disciplinar e os pais familiares sempre compareciam na instituição para defendê-la. Recorda que, mais tarde, na escola pública, como havia mais estudantes negros, ela manteve um bom relacionamento com os professores e alunos, mas ainda assim o racismo ocorreu, porém de forma mais camuflada. A aluna relata que em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão, os professores expuseram sobre as consequências negativas do racismo e este tema foi bastante discutido na escola. No ensino médio não foi tão relevante a questão do racismo, assim se envolveu em exercícios escolares e trabalhos, mantendo um bom relacionamento com os professores e alunos.

Afirma a estudante que sente-se incentivada em cursar a graduação em terapia ocupacional na Universidade Federal do Paraná, e que no ensino médio ela já havia decidido por este curso. Participou do primeiro vestibular no ano 2000, em que não alcançou a aprovação. Vindo de escola pública, decidiu se preparar melhor, conseguindo ser aprovada no ano de 2004. Assim conquistou seu ingresso na universidade, o que representa a realização de um plano de vida.

Relata que logo no início das aulas, suas expectativas foram frustradas por conta do comportamento de colegas de faculdade, que faziam na época certo abuso psicológico, fazendo-a se sentir insultada; os mesmos a tratavam com indiferença, seus colegas eram apáticos e a desprezavam, por ser aluna cotista. Ficou feliz por ter um professor negro, porém na aula de laboratório de biologia celular percebeu perseguição por parte do professor, a partir do primeiro erro que ela cometeu. Ele começou a se irritar ao presenciar a maneira que a mesma manuseava o microscópio, declarando que daquela forma não iria aprender. Ao término da aula o professor questionou se ela era aluna cotista. Ao responder que sim, o professor

sacudiu a cabeça negativamente e disse: “Que vergonha!”... Então ela perguntou o porquê da vergonha, e ele, altivo, disse que havia batalhado muito para entrar na universidade sem precisar de cotas. Ela aplaudiu com ironia e salientou que eles eram pessoas com diferentes contextos, que cada um possuía a sua história, sua individualidade, e o tal professor, ao ser flagrado com a reação da universitária, ficou perplexo. Ao término da conversa os dois se acertaram.

Sendo considerada pessoa de caráter complicado, decidiu se posicionar a respeito da questão de cotas. Declara que ainda sem saber debater políticas afirmativas, ela não se calava e se defendia com argumentos ásperos para esclarecer o seu direito de cotas, e assim os colegas temiam comentar sobre o assunto. Recorda que, logo no primeiro mês, foi orientada sobre o Programa Brasil Afro-atitude e, após a inscrição, foi selecionada para fazer parte deste projeto. Alcione salienta a importância desta vivência, em que ela pôde alicerçar-se nas políticas de ações afirmativas e ainda promover debates favorecendo transformações positivas em sala de aula, na família, fornecendo incentivo na busca de identidade e se reconhecendo sujeito de direitos. Ela relata também que no curso havia duas cotistas, sendo que a outra se mudou para outro curso. A mesma alega que o professor de anatomia cobrava dela o desempenho da outra cotista, dizendo que entraram por cotas, que tinham que valorizar esta oportunidade única e priorizar o curso, não participando de outros programas. Foi quando ela deixou clara para o professor a importância do Programa Brasil Afro-atitude, pela fundamentação nas ações afirmativas e o apoio financeiro, por estar em curso integral e não ter a possibilidade de trabalhar, e também que, por ser aluna cotista, não tinha a obrigação de manter o melhor êxito no curso e nem terminar o curso pelo qual tinha optado. Defendeu que todos os universitários têm o direito de trocar de curso se assim desejarem, mas, mesmo assim, o professor se manteve inflexível.

Alcione acrescenta que, durante o seu curso, houve muitas discordâncias com os professores. Acredita que o episódio mais marcante ocorreu ao inscrever-se para um projeto de extensão em que estavam disponibilizadas seis vagas e ela foi a única a se inscrever. Inclusive a professora sugeriu que ela convidasse outras amigas para participar também. Poucos dias depois, quando ela já havia iniciado a pesquisa bibliográfica para o projeto, a professora do projeto e o coordenador do seu curso a convocaram para uma reunião em que pediram para ver a sua grade disciplinar, e, observando seus horários livres, alegaram que o projeto seria

inacessível para ela, devido à sua carga horária. Ela tentou argumentar, porém foi simplesmente eliminada do projeto. Num outro momento, em conversa com as colegas, constataram que uma estudante que tinha a mesma carga horária que ela havia sido aceita no projeto, então a mesma ficou revoltada e resolveu sair do projeto. Desde então houve uma convocação com todas as alunas na qual a professora buscou esclarecer a ocorrência, tentando justificar que Alcione saiu do projeto porque seu Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) era baixo. Após esta explicação, a mesma disse para a professora que o IRA seria usado para desempate e que, no caso, seria dispensável, porque o projeto ofertava seis vagas e havia quatro inscritas. Ela questionou a professora a respeito do IRA e a mesma não soube responder, entretanto a aluna salientou que o seu IRA estava acima da média dos demais alunos da universidade e indagou se seria um quesito de IRA ou de preconceito? Alcione conta que houve certo nervosismo por parte da professora, que alegou que a aluna havia confundido preconceito com proteção, argumento que a mesma rejeitou, dizendo que não necessitava ser protegida, declarando que a questão iria ao conhecimento das autoridades superiores e à supervisão do Afro-atitude. A justificação do fato pela coordenação do curso para a supervisão do projeto foi que o incidente teria sido um infortúnio que não iria se repetir, proporcionando à aluna participar do projeto que, por sua vez, recusou pelos transtornos vivenciados. Alega a aluna que ao evidenciar a interferência do Afro-atitude, os professores mudaram sua conduta e postura, percebendo que ela tinha suporte e não estava só em sua luta.

Alcione finaliza seu relato afirmando que, apesar das dificuldades encontradas, realizou um grande sonho de ser uma profissional na área de terapia ocupacional. Declara que, apesar das divergências, conseguiu estabelecer vínculos e firmar bom relacionamento com os professores. No Programa Brasil Afro-atitude se deparou com sua verdadeira identidade como mulher e negra. Conheceu várias cidades do Brasil, fez novas amizades com profissionais de diversas áreas. Ela considera que o fator fundamental foi aumentar sua autoestima, abrangendo seus familiares, pessoas do seu ciclo de amizade e alcançando até mesmo a sua comunidade em Pinhais. Assim pôde comprovar que, com perseverança e posicionamento, foi possível alcançar o êxito. A profissional ainda acrescenta que tem planos para o futuro de realizar outros sonhos.

Esta estudantedo curso de terapia ocupacional revela que foi vítima de racismo explícito em instituição de ensino desde a sua infância e afirma que, mesmo existindo uma lei contra o racismo, ele ainda continua existindo, porém de forma camuflada. É notório o seu sentimento de realização ao ingressar na UFPR,sendo esse seu projeto de vida, no entanto suas expectativas foram abaladas pela postura excludente de alunos e até mesmo de professores.

Vale ressaltar que, para se cumprir os direitos estabelecidos por políticas de cotas para negros, a universidade como instituição necessita se posicionar para a acolhida, fornecendo condições positivas de forma a possibilitar a apropriação desses alunos à informação e ao conhecimento para a sua merecida formação.

Outra situação relatadanesse depoimento refere-se à cobrança feita pelos professores sobre o desempenho de um aluno comparado com o outro, postulando ainda que os cotistas necessitam aproveitar essa chance como única. O que se percebe nesse parágrafo é que o professor considera as cotas como presente e não como um direito adquirido. Por outro lado, destaca-se tambémna fala da aluna a grande importância que ela dá a inquirir sobre sua identidade, contribuindo favoravelmente com a autoestima, mudando sua concepção de mundo, trazendo novas perspectivas para traçar projetos de vida e, conseqüentemente, realizá-los.

Também se revelam, na fala da aluna, atitudes de discriminação e preconceito atreladas a um racismo que se camufla quando a professora se justifica aduzindo “proteção” para a aluna. Evidencia-se assim o difícil trajeto dos alunos cotistas raciais, que devem conviver com o preconceito continuamente, porém, neste caso, não foi possívelimpedir o projeto de formação desta aluna.

- Áurea Teixeira da Silva, turma de 2005, ciências sociais, formatura em2010

Áurea relata que ingressou na UFPR em 2005, ano de implantação das cotas sociais e raciais nos cursos de graduação e esta questão de cotas foi e continua sendo um assunto muito discutido. Testemunha sobre a dificuldade de entrar na universidade e fazer parte deste espaço,poisconseguiu verificar as causas que impossibilitam a entrada de muitos alunos na academia, percebendo que as barreiras são inúmeras. Ela compreendeu que seu próprio curso contribuiu para esta reflexão. Seus pais são denominados brancos na documentação, seu avô e avó



paternos são filhos de negro com branco e de índio e negro, enquanto o avô materno, branco, e a avó, filha de índio e branco, com isso ela afirma que sua origem vem de uma mistura de etnias e, para ela, a reflexão sobre a questão racial se torna excessivamente abstrata e, ainda mais, sua família considera e declara que ela é branca. Relata que para obter a isenção de taxa de inscrição do vestibular teve que solicitá-la pessoalmente, na UFPR. O indivíduo que fez sua inscrição questionou se seria por meio de cotas, quando ela disse que sim ele alegou que por ela ter olhos claros seria melhor optar pelas cotas sociais. Declara ainda que tudo a conduzia a manter-se discreta e não se posicionar como negra para evitar constrangimentos. Sua identificação era ter vindo do ensino público, pertencente a classe baixa e que seu âmbito familiar e estudantil a impossibilitava em suas posições da vida social. Áurea acrescenta que ao reencontrar seus colegas, depois de sua aprovação, tinha uma e outra vez o desprazer de ouvir comentários maldosos, como: tais pessoas só entraram na UFPR porque são pretos. Inicialmente ela pensou que fosse problema pessoal, porém esses comentários maliciosos promoveram debates relacionados na desregulamentação das políticas de inclusão.

Relata, ainda, que a mídia mostra a situação na universidade bem diferente do que realmente acontece e declara que só quem vivencia a discriminação possui verdadeiro depoimento de sua introdução na universidade e seus benefícios. Menciona que sempre que era abordada a questão de cotas entre os colegas, as agressões eram inevitáveis, e ela, mesmo entendendo que não era a melhor opção, se mantinha neutra, posição esta que se via em muitos cotistas, baseada nas discussões e atitudes contrárias à política de cotas. Relembra que foi surpreendida no seu primeiro dia de aula, pela pergunta do professor Marcos Silveira, questionando quem era cotista racial. Uma única pessoa se apresentou. Ela ficou se perguntando: “Por que as pessoas ficam com vergonha de esclarecerem que são cotistas raciais?” Poderia ser embaraço ou temor de mais constrangimento, podendo ser considerados como aproveitadores. Diante dos seus questionamentos, naquele instante ela não se posicionaria a favor da política de cotas, poderia até afirmar ser cotista social, porém se assumir como negra seria tarefa difícil.

A cotista revela que diante de várias piadas maldosas passou a tomar para si uma nova postura, mas enfatiza que essas anedotas invasivas acontecem em corredores, elevadores e pátio, sendo consideradas engraçadas pelas pessoas.



Salienta que, por medo de punição, os alunos não fazem estas brincadeiras em sala, tendo como costume agredir fora de sala.

A cursanda alerta que, ainda que o fato passe despercebido, os agressores desestimulam aos que têm nesta política de cotas uma oportunidade de ser graduado, de ter possibilidade de êxito na vida profissional, poder ser um cidadão digno. No final de seu depoimento, Áurea acrescenta que desmerecer as cotas raciais é um meio de desvalorizar as pessoas de tom de pele escura e isso deixará marcas na imagem do negro e em sua autoestima.

Percebe-se nas palavras desta aluna a dificuldade de romper as barreiras do pensamento preconceituoso e discriminatório existente dentro da universidade pública, na qual, pela atitude de alguns professores e alunos, considera-se a universidade como um espaço que deve ser ocupado apenas pela elite, conquistado por merecimento; todavia, cursar a universidade é um direito de todos, independentemente de origem, cor ou credo.

Verificou-se também a difícil tarefa de se posicionar como negra e, principalmente, como cotista racial, na intenção de evitar confrontos indesejáveis. Cabe ressaltar que a negação da raça ou o silenciamento impossibilita o negro de impor seus argumentos no debate, defender seus direitos.

A estudante postula os insultos catalogados sofridos direta ou indiretamente por alunos e acrescenta que ocorrem discussões nos diferentes espaços da universidade no que diz respeito às políticas de inclusão que são consideradas inconstitucionais. Vale ressaltar que as políticas de ações afirmativas contêm extenso apoio constitucional, com base no artigo 3 da Constituição Federal, por isso é importante o debate embasado na lei.

- Edvando Eduardo Gomes da Silva, turma de 2005, engenharia civil, formatura em 2010

Edvando relata ter participado das discussões sobre política de cotas, antes de optar por qual universidade ingressar. Em 2004 ele lembra ter ouvido nos noticiários matérias sobre o assunto contrárias à política de cotas, sem dar oportunidade aos seus defensores de manifestar seus argumentos. Alega que seus familiares e amigos não possuíam um entendimento correto sobre a questão de cotas, por isso não acreditavam na constitucionalidade da política, dizendo que era

errado, o que era racismo; inclusive a mãe desmerecia as cotas. Alega que sempre entendeu a ideia de reparação aos negros por terem ficado em desvantagem em relação aos brancos, pelos danos causados ao longo da história. Relata que sofreu racismo e preconceito desde o início na escola. Presenciou a funcionária da escola chamar a atenção de um menino o tratando de: menino encardido. Viu a mãe ser rejeitada para o emprego sem esclarecimento, o caráter do pai geralmente sendo exposto a dúvidas. Ele afirma que qualquer um verifica que nos diversos espaços e setores existe uma grande desvantagem do negro comparado com o branco.

Revela que, ao optar pela formação na UFPR, ouviu vários comentários incoerentes, dizendo que lá ele iria conseguir entrar, que lá tinha cotas, que era só ele se identificar como negro e a vaga estaria garantida. Ao ingressar como calouro, no curso de engenharia civil em 2005, o cursando relembra que foi muito questionado sobre política de cotas por indivíduos com a intenção de humilhá-lo e não de discutir o assunto; sempre tinha que ouvir a pergunta constrangedora, se ele havia entrado por conta das cotas. Ele acrescenta que no seu curso pessoas que ingressaram por cotas negaram afirmar terem sido beneficiados pelo sistema de inclusão. Fala de algo que o marcou do depoimento de uma amiga cotista na qual sua filiação era de pai negro e mãe branca que possui traços negros e por seu tom de pele ser claro, se declarava branca. Ela sempre preferiu não falar sobre o assunto, principalmente quando havia brancos envolvidos. Ele relata que os dois discutiam quando ele tentava debater a questão, em que a mesma afirmava que falar sobre esse assunto só iria causar constrangimento. Ela entrou por cotas e sempre se negou a assumir, dizendo ser cotista social, que não era negra, era morena e nunca se envolveria com homens negros. O cursando relata o depoimento de outro amigo que acabou não concluindo o curso, ele era negro, filho de negros, orgulhoso pela condição de ser negro e sentia desconsideração por aqueles que não sentiam o mesmo. Ele afirmava ser cotista e trocavam ideias sobre a questão de cotas. Edvando revela que lamentavelmente seu amigo habitualmente usava as mesmas piadas maldosas que pessoas brancas costumavam usar.

Edvando salienta que ainda existe certo temor por parte dos cotistas de encararem um debate sobre esse assunto polêmico que é a política de cotas e por medo de serem humilhados pelos indivíduos que se declaram contra esta política, preferem silenciar, deixando de evidenciar que a política de reparação é uma causa justa. Ele acredita que o duelo pela igualdade entre brancos e negros tem

acontecido por sentido vexatório e de eficácia suspeita. Finaliza afirmando que todos os seus amigos citados neste depoimento sofreram o preconceito e racismo, inclusive ele também sofreu e presenciou tal ato. Entretanto, ao vivenciarem as consequências por serem negros, se calam, não se posicionam no enfrentamento, negando-se em se apropriar da questão, ou brigam de igual para igual, gerando mais conflitos.

Este depoimento conduz a pensar sobre os noticiários em favor da elite, que divulgou matérias discriminativas, contrárias à política de cotas, sem fornecer oportunidade para as pessoas de argumentar em favor das mesmas. Entretanto, os ouvintes sem entendimento sobre o assunto tomam como verdade a divulgação e acabam por concordar com a deslegitimação das políticas de inclusão. Essa visão deturpada tem impossibilitado muitos beneficiados das cotas de exercer os seus direitos.

Observa-se também no relato deste jovem que desde as séries iniciais ele vivenciou e sofreu a discriminação e racismo. Por conta dessas influências negativas e por lhe serem negadas oportunidades, é que por muitos anos o negro foi conduzido à condição de desvantagem, sendo rotulado como inferior. Sendo assim, parte-se do pressuposto que as cotas raciais são importantes para equiparar estes que, por uma situação sócio-histórica, não tiveram a mesma oportunidade quanto à formação acadêmica, por conta da discriminação racial implícita moralmente ao longo do tempo, por uma cultura europeia discriminativa e racista.

Possivelmente, por meio de uma educação igualitária, os negros poderão adquirir condições de enfrentamento para lutar contra as diversas formas de segregação. Consequentemente, os negros, em igualdade com os brancos, ocuparão espaços na política, na televisão, em todas as áreas profissionais, vivenciando uma verdadeira democracia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizou-se uma pesquisa com o objetivo de compreender como os direitos dos alunos cotistas raciais estão sendo estabelecidos na Universidade Federal do Paraná. Foram utilizados para tal efeito depoimentos dos estudantes, recolhidos pelo professor Marcos Silveira, que relataram suas próprias experiências vivenciadas.

Sendo que o objetivo das políticas afirmativas é promover a inclusão social e racial, cuja proposta é inserir nas universidades as populações menos favorecidas, que sempre estiveram à margem das universidades públicas gratuitas, constata-se que ainda existem muitas barreiras a serem quebradas dentro das universidades e na sociedade, pois nos dias atuais o negro continua a ser discriminado e ainda é visto como inferior.

Observou-se, nos depoimentos dos alunos cotistas, que no ambiente da universidade houve muitos atos de discriminação e preconceito, por parte dos alunos e até mesmo dos professores. As cotas foram conquistadas por meio de lutas reivindicadas por esse direito que está estabelecido por lei.

Outra situação percebida é que a questão das cotas raciais possui também um caráter conflituoso, por elas não serem aceitas pela sociedade que resiste a renunciar a seus privilégios em benefício das classes menos favorecidas. Acredita-se que são necessários a reflexão e o debate, para promover processos de transformação que possibilitem fazer entender que as pessoas que foram excluídas possuem o direito de serem reintegradas.

Verificou-se também que os alunos cotistas, devido aos insultos e brincadeiras maliciosas catalogadas, por diversas vezes decidiram silenciar em relação ao enfrentamento no debate da questão, e até mesmo sobre a sua identidade. A negação da raça ou o silenciamento impossibilita ao negro impor os seus argumentos no debate, declarando os seus direitos. Por muitos anos a discriminação foi tão dominante que o próprio negro nega a sua condição de ser negro, sendo comum que as pessoas negras declarem serem brancas, ou de outra cor de pele.

Outro tema relevante observado nos depoimentos é o questionamento ao mérito do aluno. Por conta de uma concepção eurocêntrica, existe na sociedade

opensamento de que o espaço na universidade necessita ser conquistado por merecimento e desempenho do aluno de forma individual, desconhecendo os processos históricos que favoreceram a uma população em desfavor de outra. A conquista deste ingresso por meio de cotas oferece ao negro a mesma oportunidade baseada na lei. Coursar a universidade é um direito de todos, independentemente de cor, origem ou credo.

Foi possível perceber, pelos depoimentos, que todos os entrevistados sentem uma imensa plenitude diante desta experiência. Cabe destacar que os alunos cotistas raciais percebem a educação como a forma mais segura de mobilização social, e por isso apreciam e lutam por seu espaço na universidade. O ingresso na UFPR foi a apropriação de um conhecimento e informações que forneceram condições ao aluno de se situar a partir de seus direitos.

Finalizando, conclui-se que as políticas de cotas raciais na Universidade Federal do Paraná continuam sendo uma questão muito discutida. Apesar de existirem opiniões contrárias e favoráveis, esse sistema tem proporcionado oportunidades, infelizmente para um número pequeno de beneficiados. Essa política foi implantada há mais de uma década, e consolidada pela lei instituída em 2012. No entanto, ainda precisa ser avaliada e debatida, sendo passível de mudanças, ajustes e aperfeiçoamento, evidenciando a importância do posicionamento por parte da comunidade universitária e consolidação dos direitos dos alunos, visando de maneira abrangente o direito do negro de ingressar e concluir sua carreira acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BELÃO, V.R.G.G. **Políticas afirmativas** - cotas raciais na UFPR. Monografia (Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2008.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, ano 24, n.2, p.247-273, 2002.

CERVI, E.U. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. **Rev. Bras. de Ciência Política**, Brasília-DF, n.11, p.63-88, mai-ago. 2013.

DIEGUES JUNIOR, Manoel. **Etnias e culturas do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília. INL, 1976.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n.29, maio-ago. p.164-176, 2005.

\_\_\_\_\_. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v.12, n.23, p.100-122, 2007.

DURHAM, E. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades. **Novos Estudos**, São Paulo, n.66, p.70-86, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

GOMES, N.L. Movimento negro e educação - ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas- SP, v.33, n.120, p.727-744, jul-set.2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, 2003.

\_\_\_\_\_. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, n.18, p.247-268, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB - RJ, 2003.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; MARÇAL, José Antonio; Rosa Amálie ESPEJO TRIGO. Movimentos negros e direitos humanos. **Revista Diálogo Educacional**, v.13, n.39, mai/ago. 2013.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Políticas de democratização de acesso na Universidade Federal do Paraná. *In*: DUARTE, E.C.P.; BERTÚLIO, D.L.L.; SILVA, P.V.B. **Cotas raciais no ensino superior entre o jurídico e o político**. Curitiba: Juruá, p.162,163,166, 167, 2009.

SILVEIRA, Marcos Silva da. Memórias Silenciosas. *In*: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da. **Uma década de políticas afirmativas**: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; FERES JÚNIOR, João; Ação afirmativa: normatividade e constitucionalidade. *In*: Renato Ferreira dos Santos (Org.). **Ações afirmativas** – a questão das cotas. Rio de Janeiro: Ímpetus, p.37-62, 2011.